



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**ELABORAÇÃO DE UM PARECER DE AUDITORIA E
DE UM LAUDO PERICIAL**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2019

UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**ELABORAÇÃO DE UM PARECER DE AUDITORIA E DE
UM LAUDO PERICIAL**

Módulo 07 – Auditoria e Perícia Contábil

AVALIAÇÕES DE EMPRESAS– PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA – PROF. RODRIGO SIMÃO DA
COSTA

AUDITORIA CONTÁBIL – PROF. RODRIGO SIMÃO DA COSTA

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. RODRIGO SIMÃO DA
COSTA

GESTÃO DA TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO – PROF. RODRIGO
SIMÃO DA COSTA

Estudante:

Josiane de Souza: RA 16002104

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2019

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 PROJETO INTEGRADO	05
2.1 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS	05
2.2 PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA	11
2.3 AUDITORIA CONTÁBIL	13
2.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	17
2.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	22
3 CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como atividade principal a elaboração de um parecer de auditoria e de um laudo pericial, apresentados de forma clara e objetiva, mostrando como os conteúdos estudados no curso de Ciências Contábeis da UNIFEOB – Universidade de Ensino Otavio Bastos, se integram e formam conteúdos para o aprendizado de forma satisfatória.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

A avaliação de empresas é uma metodologia para determinar quanto vale determinado negócio. Para isso podem ser utilizados diferentes métodos que permitem avaliar com precisão qual o real valor de mercado de uma empresa, ou ainda simular diferentes cenários caso a direção da empresa fosse trocada.

Abaixo os principais métodos de avaliação de empresas:

Método contábil

Método contábil é aquele baseado, simplesmente, no valor do patrimônio líquido de uma determinada empresa. Mas como você já viu, uma empresa é muito mais que isso, pois o que realmente deve ser levado em consideração é a possibilidade de retornos que uma empresa pode oferecer. Desta forma, este modo, apesar de ainda existir é pouco utilizado.

Liquidação

Também é considerado um modo simples de avaliação, pois somente leva em consideração os bens menos os direitos, ou seja, não leva em consideração carteira de clientes ou até mesmo a marca, que em alguns casos tem mais valor do que a própria empresa.

Fluxo de caixa descontado

É considerado um dos métodos mais completos, e leva em consideração diversos fatores como imobilizado, valor de lucros, marcas, carteira de clientes, entre outros que poderão auxiliar no reconhecimento dos futuros benefícios econômicos que a organização pode gerar.

Múltiplos de mercado

Esta metodologia é feita com base em empresas semelhantes ou ainda com base em outras transações semelhantes já realizadas. Este método apesar de bastante atualizado necessita de algumas alterações para adequar a operação à empresa que está sendo avaliada, já que apesar

de utilizar empresas do mesmo setor, deve-se levar em conta que existem diferentes características entre elas.

Valor patrimonial

A avaliação pelo valor patrimonial é aquela que, feita em empresas de capital aberto, leva em consideração o valor das ações desta no mercado, ou seja, o preço de cada ação multiplicado pelo número de ações disponíveis. Também poderá ser usada por empresas de capital fechado, que utilizam o valor contábil dos ativos de uma determinada empresa como base de cálculo, sendo que estes poderão ser avaliados pelo custo corrente ou ainda por seu valor de mercado.

Método Pro Lucro

Como todas as metodologias são limitadas, a Pro Lucro utiliza três delas e ao fim propõe uma média ou uma delas. A primeira metodologia é similar às aplicações financeiras, ou seja, considera-se exclusivamente a rentabilidade sobre o capital investido.

A segunda considera o patrimônio líquido, o resultado operacional e o nível de risco da atividade. E a terceira é o Fluxo de Caixa Descontado, ainda que esse poucas vezes seja realmente útil na avaliação de pequenas empresas. O Método Pro Lucro permite ainda avaliar com mais precisão valores intangíveis, bem como simular realidades prováveis se a empresa tivesse uma administração mais efetiva.

A melhor metodologia consiste na melhor forma de avaliação de uma empresa, independentemente do objetivo, deve ser feita por pessoas ou empresas especializadas na área que poderão tornar o processo mais ágil e confiável.

A avaliação deve ser um processo detalhado, levando em conta o maior nível de detalhes possível, para que o valor determinado seja o mais próximo do real, e para que esta supra as necessidades de quem o solicitou.

Dicas para melhor avaliação:

- Busque orientações de especialistas no assunto para minimizar as incertezas, inclusive a imparcialidade no desenvolvimento do estudo;
- Aplique o método de avaliação na íntegra, sem recortes, para gerar as demonstrações e os resultados de forma coesa e confiável;

- Utilize os históricos econômico-financeiros dos últimos exercícios para dar sustentabilidades nas estimativas de cenários;
- Entenda os relatórios contábeis e fiscais da empresa, evitando complicações futuras;
- Faça as estimativas com base nos cenários econômicos e índices inflacionários, evitando o superotimismo;
- Organize os dados e as informações da empresa em relação aos aspectos financeiro, vendas, documentações legais fiscais, trabalhistas, contratuais, dentre outras para cumprir em tempo hábil o que prometeu de forma objetiva e transparente;
- Mantenha um clima organizacional harmonioso e sigiloso para evitar problema de comunicação e de comportamento.

Existem muitas dificuldades para avaliar uma empresa, dentre elas:

- Históricos de dados e informações devidamente apurados e analisados para dar segurança na avaliação;
- Falta de uma cultura consolidada na sociedade e no meio empresarial que impacta positivamente no valor de mercado;
- Subjetividade dos cenários macroeconômicos que poderão gerar otimismo ou pessimismo na montagem das estimativas futuras de receitas, custos e indicadores de desempenho, capital de giro, dentre outras;
- Recursos de infraestrutura obsoletos devido no baixo investimento em inovação e sustentabilidade;
- Produtos ou serviços defasados com as necessidades de mercado, impactando negativamente para alavancar as vendas e as finanças.

Também devemos ficar atento aos riscos inerentes na negociação de uma empresa já existente, como:

- Pendências financeiras (tributárias e trabalhistas);
- Dívidas com fornecedores;
- Necessidade de recursos financeiros para alavancar a empresa;

- Não atentar às exigências legais de funcionamento relativos aos aspectos definidos pelos órgãos reguladores no âmbito Federal, Estadual, Municipal e internacional (exportações);
- Dimensionamento precário na determinação da necessidade de capital de giro;
- Obras na região com impacto no funcionamento do negócio;
- Falta de segurança pública;
- Localização ruim;
- Dimensões inadequadas do espaço físico;
- Concorrência acirrada e agressiva.

Para viabilizar suas operações, as empresas necessitam de recursos, que compõem seu capital. Esses recursos podem ser oriundos de acionistas, que detêm o patrimônio líquido, ou de dívidas, que geram despesas financeiras para a empresa. Os recursos provenientes de acionistas são denominados capital próprio e os originários de dívidas, capital de terceiros.

Sobre capital entende-se que é o total de recursos próprios ou de terceiros, que financiam as necessidades de longo prazo da empresa.

A composição destes capitais, que impactará diretamente em um maior ou menor custo de capital, é fruto das políticas de financiamento e da consequente estrutura de capital.

Exemplos:

Custo do capital próprio k_p

Os recursos dos sócios ou acionistas representam o capital próprio.

O custo do capital próprio (k_p) é entendido como o retorno mínimo que os sócios ou acionistas exigem como remuneração:

$k_p = dC_p$, por d entende-se o valor de dividendos ou parcela de distribuição de lucros para acionistas ou sócios; por C_p entende-se o capital próprio, ou patrimônio líquido da empresa.

Custo do capital de terceiros kt

Os financiamentos e empréstimos de longo prazo representam o capital de terceiros da empresa.

O custo do capital de terceiros (kt) é entendido como a remuneração de tais recursos, ou seja, os juros pagos pela organização em empréstimos e financiamentos.

$$kt=jCt,$$

Por j entende-se o valor de juros pagos das fontes de financiamento, como forma de remunerar os recursos de terceiros; por Ct entende-se o capital de terceiros, que compreende todo o passivo exigível, com exceção do passivo circulante.

Temos então que o custo de capital é a taxa de retorno que uma empresa deve conseguir nos projetos em que investe para manter o valor de mercado de sua empresa. Portanto:

- Projetos com **retornos superiores** ao custo de capital, aumentarão o valor da empresa;
- Projetos com **retornos inferiores** ao custo de capital, reduzirão o valor da empresa.

Conclui-se desta forma que as vezes o capital de terceiros é a melhor forma de aumentar o valor da empresa e que a venda da mesma pode ser uma vantagem de mercado.

2.2 PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA

Denomina-se "Apuração de Haveres" o procedimento de avaliar o montante devido a sócio que se retira de uma sociedade limitada.

Esta tarefa compete ao perito contábil, que tem o papel analisar de forma completa toda a estrutura financeira de uma organização para reunir provas e esclarecer se aconteceu alguma irregularidade ou controvérsia relacionada à área fiscal.

Não é um trabalho fácil. No dia a dia é necessário fazer uso de técnicas de contabilidade e critérios que podem comprovar cada acontecimento. Daí a importância desse profissional buscar sempre por atualização e conhecimento em sua área.

O resultado de uma perícia contábil bem-feita pode orientar decisões na própria justiça, determinando o destino de uma organização ou empresa. Isso acontece porque as perícias são divididas em diferentes tipos:

1. A **judicial** acontece quando é feita a mando da justiça, sendo indicada por juiz.
2. Na **extrajudicial** sua realização é indicada pelas outras partes, não estando relacionada à justiça, sendo feita voluntariamente.

O perito deve ser um profissional idôneo, ético, qualificado e, sobretudo, que sabe dominar as técnicas de perícia em contabilidade da melhor forma possível.

Este deve proceder ao levantamento patrimonial, baseando-se nos dados contábeis existentes, e ajustando às contas à efetiva realidade patrimonial na data base determinada para o laudo de apuração de haveres.

Não basta apurar, diretamente, o valor do patrimônio líquido, pela equação: Ativo – Passivo Exigível. Mesmo porque, um balancete (ou balanço) pode estar com vários erros ou defasagens.

Dentro desta apuração, o perito precisa atentar para distorções que podem ocorrer na avaliação do patrimônio líquido contábil:

1. Falta ou insuficiência de provisões (como a de férias ou pagamento de 13º salário).
2. Não reconhecimento de contingências fiscais e trabalhistas, decorrentes de questionamentos judiciais.
3. Avaliação incorreta dos estoques, ou mesmo ausência de avaliação.
4. Incorreção ou ausência de cálculos de atualização de passivos (financiamentos, tributos em atraso, etc.)
5. Erro na apropriação de custos, despesas e receitas pelo regime de competência, etc.
6. Então, o perito precisa checar, conta a conta, a sua veracidade com os controles financeiros e patrimoniais da empresa, ajustando-os à efetiva realidade, para chegar à apuração de haveres efetiva (real).

Exemplo:

Apuração de haveres de sócio retirante, que tem 20% de quotas no capital social.

Total do patrimônio líquido apurado: R\$ 1.000.000,00

(-). Ajustes ao Patrimônio Líquido, decorrentes de falta de contabilização de obrigações e contingências, na data de apuração de haveres: R\$ 300.000,00

(=) Patrimônio Líquido ajustado: R\$ 700.000,00

Apuração de haveres do sócio retirante: R\$ 700.000,00 x 20% = R\$ 140.000,00.

No exemplo acima temos a ação de dissolução parcial de sociedade. Que pode ter por objeto o término da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, com a apuração dos haveres do sócio falecido. A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter também por objeto a sociedade anônima de capital fechado quando demonstrado, por acionista ou acionistas que representem cinco por cento ou mais do capital social, que não pode preencher o seu fim.

A ação pode ser proposta pelo espólio do sócio falecido, pelos sucessores, pela sociedade, pelo sócio que exerceu o direito de retirada ou recesso, pela sociedade, nos casos em que a lei não autoriza a exclusão extrajudicial ou pelo sócio excluído.

A sociedade poderá formular pedido de indenização compensável com o valor dos haveres a apurar.

Havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, o juiz a decretará, passando-se imediatamente à fase de liquidação.

Para apuração dos haveres, o juiz: fixará a data da resolução da sociedade, definirá o critério de apuração dos haveres à vista do disposto no contrato social e nomeará o perito para fazer a avaliação.

É recomendável, o perito de apuração de haveres ser contador, administrador ou economista. Em caso de haver imóveis pertencentes a sociedade, estes profissionais deverão contar com consultor, profissional habilitado a realizar as devidas avaliações. Estes deverão fornecer laudos a serem anexados ao do perito de apuração de haveres.

Em todos os casos em que seja necessária a realização de perícia, a nomeação do perito recairá preferencialmente sobre especialista em avaliação de sociedades. Cabe o interessado em perícias de seu gênero – contador, economista ou administrador –, procurar o conhecimento de avaliação de haveres de sociedade e requerer, em petição de inclusão de seu nome na lista de perito da vara, a nomeação, também, em tais perícias.

O juiz determinará à sociedade ou aos sócios que nela permanecerem que depositem em juízo a parte incontroversa dos haveres devidos. O depósito poderá ser, desde logo, levantando pelo ex-sócio, pelo espólio ou pelos sucessores.

Se o contrato social estabelecer o pagamento dos haveres, será observado o que nele se dispôs no depósito judicial da parte incontroversa.

A data da resolução da sociedade será: no caso de falecimento do sócio, a do óbito; na retirada imotivada, o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante; no recesso, o dia do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio dissidente; na retirada por justa causa de sociedade por prazo determinado e na exclusão judicial de sócio, a do trânsito em julgado da decisão que dissolver a sociedade; e na exclusão extrajudicial, a data da assembleia ou da reunião de sócios que a tiver deliberado.

Em caso de omissão do contrato social, o juiz definirá, como critério de apuração de haveres, o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo também a ser apurado de igual forma.

A data da resolução e o critério de apuração de haveres podem ser revistos pelo juiz, a pedido da parte, a qualquer tempo antes do início da perícia.

Até a data da resolução, integram o valor devido ao ex-sócio, ao espólio ou aos sucessores a participação nos lucros ou os juros sobre o capital próprio declarados pela sociedade e, se for o caso, a remuneração como administrador.

Após a data da resolução, o ex-sócio, o espólio ou os sucessores terão direito apenas à correção monetária dos valores apurados e aos juros contratuais ou legais.

Uma vez apurados, os haveres do sócio retirante serão pagos conforme disciplinar o contrato social e, no silêncio deste, nos termos do § 2º do art. 1.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

2.3 AUDITORIA CONTÁBIL

Auditoria independente das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação com que estas representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e demais demonstrações financeiras da entidade auditada, consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica no que for pertinente.

O PARECER DE AUDITORIA

O parecer dos auditores Independentes é o documento mediante o qual o auditor expressa sua opinião de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis quanto ao adequado atendimento, ou não, a todos os aspectos relevantes.

Elementos básicos do parecer dos auditores independentes:

O parecer emitido pelo auditor independente compõe-se basicamente, de três parágrafos, como se segue:

- a) Parágrafo referente à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades da administração e dos auditores;
- b) Parágrafo referente à extensão dos trabalhos;
- c) Parágrafo referente à opinião sobre as demonstrações contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

O parecer deve expressar, claramente, a opinião do auditor sobre se as demonstrações contábeis da entidade representam, em todos os aspectos relevantes:

- a) Sua posição patrimonial e financeira;
- b) O resultado de suas operações para o período a que correspondem;
- c) As mutações de seu patrimônio líquido para o período a que correspondem
- d) As origens e aplicações de recursos para o período a que correspondem.

O auditor deve ter como base e fazer referência aos Princípios Fundamentais de Contabilidade como definidos e aceitos em nosso país.

TIPOS DE PARECER

O parecer sem ressalva é emitido quando o auditor está convencido sobre todos os aspectos relevantes dos assuntos tratados no âmbito de auditoria, O parecer do auditor independente deve expressar essa convicção de forma clara e objetiva.

O parecer com ressalva é emitido quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é de tal magnitude que requeira parecer adverso ou abstenção de opinião.

O auditor deve emitir parecer adverso quando verificar que as demonstrações contábeis estão incorretas ou incompletas, em tal magnitude que impossibilite a emissão do parecer com ressalva.

O parecer com abstenção de opinião é emitido quando houver limitação significativa na extensão de seus exames que impossibilitem o auditor expressar opinião sobre as demonstrações contábeis por não ter obtido comprovação suficiente para fundamentá-la.

Segue abaixo um exemplo de parecer da Aula 5 – módulo 2 – Auditoria contábil.

Caso: A empresa Empreendendo Sempre realizou um investimento na empresa Atual, que corresponde a uma coligada estrangeira obtida durante o exercício. Sua contabilização foi pelo método de equivalência patrimonial pelo valor de R\$ 280.000.000,00, demonstrado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013. A participação da Empreendendo Sempre sobre o lucro líquido da Atual está inclusa no resultado do exercício do mesmo período da Empreendendo Sempre.

Não houve evidências de uma auditoria adequada e satisfatória referente ao valor contábil do investimento da Empreendendo Sempre na Atual em 31 de dezembro de 2013 e da participação dela sobre o lucro líquido da investida Atual, em virtude de não ter tido acesso aos dados contábeis, à administração e também aos auditores que realizaram o trabalho na empresa

Atual. Em virtude dessa situação, não é possível definir se é necessário realizar ajustes nesses valores.

EXEMPLO DE PARECER

Aos

Administradores e Acionistas (Quotistas) da EMPREENDENDO SEMPRE SA

Andradas – Minas Gerais

1. Examinamos o balanço patrimonial da empresa Empreendendo Sempre SA, levantado em consideração a contabilização do período de 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com a NBC TA 700 (Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis) e compreenderam, entre outros procedimentos:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da entidade;

(b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e

(c) a avaliação das práticas contábeis e estimativas mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa Empreendendo Sempre SA, em 31 de dezembro de 2013, está em conformidade com as atividades e movimentações de caixa do período referido, e foram elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

4. Não examinados, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 da empresa Atual, por não ter acesso ao parecer de autoria e por não ter acesso aos dados contábeis, cujo valores seriam apresentados para fins comparativos, não emitimos opinião sobre a empresa

Atual

Andradas, 05 de fevereiro 2014

Josiane Auditoria LTDA

CRC-MG 123456

Josiane de Souza

Contadora

CRC-MG 1111111

2.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Nesta parte do PI deverá ser comentado sobre as provas periciais, deverão ser fornecidos alguns exemplos que poderiam ser considerados como uma prova pericial.

Também deverá ser elaborado um Laudo Pericial sobre uma situação fictícia qualquer onde os estudantes poderão realizar buscas na internet para utilizar um determinado modelo de Laudo, mas não serão aceitos “plágios” de laudos já existentes.

A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação de um fato que não pode ser comprobatório por documentos ou outros meios.

Conforme Sá (2011) “se um contador vai produzir prova contra ou a favor de alguém, é preciso que, com ato de consciência ética, assuma a imensa responsabilidade de uma opinião, pois sua assertiva pode causar lesões, se inexata ou equívoca”. As provas são meios pelos quais o perito técnico consegue estruturar o seu trabalho, de maneira segura e precisa, relatando a verdade dos fatos. ”

A prova pericial contábil se materializa nos autos com a produção e um documento denominado de laudo.

O Jurista Moacyr Amaral Santos (1983) conceitua laudo como a fiel exposição das operações e ocorrências da diligência, com o parecer fundamentado sobre a matéria que lhes foi submetida.

A elaboração do laudo é desenvolvida se atendo a requisitos que permitam a validação do mesmo como prova técnica ou científica. O qual entende-se, que o perito deve ter pleno conhecimento do trabalho a ser desenvolvido, e que para alcançar este conhecimento é necessário adequado planejamento e organização do trabalho. Deve-se saber o que está sendo demandado, a época dos fatos e o objeto do trabalho pericial.

Exemplos de Prova Pericial:

- **Confissão Judicial ou Extrajudicial:** É quando a parte admite a verdade, contrária ao interesse dela e favorável ao adversário.
- **Depoimento pessoal:** Uma parte pode solicitar o depoimento pessoal da outra parte, com o objetivo de formalizar o interrogatório em audiência.
- **Apresentação de documentação ou prova:** Uma parte pode solicitar o depoimento pessoal da outra parte, com o objetivo de formalizar o interrogatório em audiência.

- **Prova testemunhal:** O valor desta prova deve ser explicitado, além de contemplar, se possível, dados particulares de testemunhas, como nome, profissão, inscrição no cadastro de Pessoa Física, entre outros também importantes.
- **Inspeção judicial:** O Juiz poderá, a qualquer momento do processo investigar pessoas ou coisas, visando a esclarecer o acontecimento relacionado ao conflito e que interesse a decisão do processo.

LAUDO DE AVALIAÇÃO – CISÃO DE UMA NOVA EMPRESA

Os contadores abaixo identificados, e que, a final, assinam o presente, foram nomeados peritos para procederem à avaliação do Patrimônio Líquido da EMPRESA CINDIDA pelas partes interessadas, e o fizeram elaborando o presente "Laudo de avaliação":

Rhamon Campese, brasileiro, casado, contador inscrito no CRC sob n.º 019.200/O-1 “E” MG, residente e domiciliado na Rua França, nº 75, no Bairro Jardim Bela Vista, na cidade de Ipuiuna, no Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade n.º 111.333.222-12 SSP-SP e com inscrição no CPF sob n.º 123.123.123.12;

Ana Beatriz Honório, brasileira, solteira, contadora inscrita no CRC sob n.º 13211233-S01, residente e domiciliada na Rua Polônia, nº 50, no Bairro Europa, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, portadora da Carteira de Identidade n.º 11.222.999-9 SSP-SP e com inscrição no CPF sob n.º 111.223.452-44;

Os contadores nomeados peritos declaram:

(a) não tem interesse direto ou indireto, na companhia ou nas operações por ela realizada.

(b) não encontraram limitações impostas pelos controladores ou administradores que dificultasse ou pudesse ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para emissão de suas conclusões.

A perícia contábil foi realizada em consonância com a NBC T 13, e compreendeu (a) o planejamento dos trabalhos;

(b) a aplicação de procedimentos julgados necessários nas circunstâncias;

(c) a emissão do laudo pericial de avaliação do patrimônio a ser vertido.

Os peritos ao final de seu trabalho, concluíram que o acervo patrimonial da companhia CINDIDA totaliza em R\$ **5.997.350** (Cinco milhões novecentos e noventa e sete mil e trezentos e cinquenta reais), sendo que a parcela a ser vertida para a SONHOS SA, é de **54,09%** que corresponde a R\$ **3.243.698** (Três milhões duzentos e quarenta e três mil seiscentos e noventa e oito reais), avaliados segundo os princípios fundamentais de contabilidade.

1. INTRODUCAO

Tendo em vista o "Protocolo de Justificação da Cisão", firmado entre as partes interessadas e seus respectivos acionistas, ficou estabelecida a versão parcial do patrimônio líquido da LIDER 9 SA para a SONHOS SA constituída para esta finalidade.

Neste contexto, tendo procedido as diligências que se fizeram necessárias, examinando minuciosamente a contabilidade da LIDER 9 SA e demais documentos e informações que serviram de base às demonstrações financeiras levantadas em 31 de janeiro de 2019, para o efeito desejado, vêm apresentar o resultado de seu trabalho.

Para fins deste laudo, identificam-se as empresas objeto deste trabalho como:

LIDER 9 SA., companhia com sede nesta Cidade, na Rua Beta I, n.º 9 – sala 102, Vila Leandro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.123./0001-08, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 09 de outubro de 1985 sob o n.º 30.300.360.231.

SONHOS S.A., sociedade em fase de constituição com sede nesta Cidade, na Rua XI, n.º 120, sala 4, Vila Mariana, cujo projeto de estatuto social (anexo II) é parte integrante deste laudo.

2. DOS LIVROS E DA ESCRITURAÇÃO.

Os livros comerciais e fiscais da LIDER 9 SA, acham-se revestidos de todas às formalidades legais e foram escriturados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, uniformes e consistentemente aplicados.

3. DA VERIFICAÇÃO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

Os peritos signatários, após inspecionar os livros, registros e documentos que compõe o sistema contábil da LIDER 9 SA, constataram a existência de bens e direitos (origens), assim como, obrigações (aplicações), cujos valores constam das citadas demonstrações contábeis levantadas em 31 de janeiro de 2019, seguindo as nomenclaturas da NBC T 3, bem como estão respaldados em documentação legal e fiscal idônea.

4. DA AVALIAÇÃO DO ACERVO PATRIMONIAL LÍQUIDO

O acervo patrimonial da LIDER 9 SA, está avaliado segundo os princípios fundamentais de contabilidade, tomando por base o custo histórico como base de valor, registrado na escrita comercial, com observância a legislação fiscal. A parcela a ser vertida para a SONHOS SA está assim composta:

Contas	Lider 9 S/A.	Empresa Cindida	Sonhos AS
Ativo Circulante	962.578	255.418	707.160
Ativo Realizável à Longo Prazo	14.839.318	4.407.018	10.432.300
Ativo Permanente	2.663.856	1.791.148	872.708
Total do Ativo	18.465.752	6.453.584	12.012.168
Passivo Circulante	2.568.611	2.514.421	54.190
Passivo Exigível à Longo Prazo	9.899.791	1.185.511	8.714.280
Patrimônio Líquido	5.997.350	2.753.652	3.243.698
Total do Passivo	18.465.752	6.453.584	12.012.168

As demonstrações contábeis (analíticas) levantadas para este fim e estão apresentadas no anexo I.

5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Com base no demonstrativo acima, os peritos signatários entendem estar demonstrado que o Patrimônio Líquido da empresa CINDIDA é de **R\$ 5.997.350** (Cinco milhões novecentos e noventa e sete mil e trezentos e cinquenta reais), sendo que a parcela a ser vertida para a SONHOS SA, é de 54,09% que corresponde a **R\$ 3.243.698** (Três milhões duzentos e quarenta e três mil seiscientos e noventa e oito reais).

6. TERMO FINAL

Em nossa opinião, os elementos identificados neste laudo correspondem aos saldos das contas da empresa CINDIDA a ser vertido para a SONHOS SA, apurados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e são adequados para fins desta CISÃO.

Ipuiuna, 31 de janeiro de 2019.

Perito: Ana Beatriz Honório

Perito: Rhamon Campese

2.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Com o avanço da tecnologia e os dados sendo atualizados a todo instante a necessidade da informação imediata leva as empresas a precisarem de relatórios atualizados a todo momento, o que facilita muito neste processo são os sistemas gerenciais, para integrar toda corporação temos um sistema chamado de (E.R.P.) que significa: Enterprise Resource Planning, Planejamento de Recursos Empresariais.

ERPs são sistemas desenvolvidos para controle de vários departamentos e processos de uma organização, softwares E.R.P. possuem uma grande complexidade tanto no seu desenvolvimento como no manuseio do programa em geral.

O consentimento da implantação de um pacote como este requer muitos estudos, pois as mudanças, durante e após a integração do sistema junto à organização pode trazer certo impacto nos processos que por sua vez eram realizados de formas diferentes. A decisão de implantar um Software E.R.P. não deve, de maneira alguma, ser tomada mediante circunstâncias de pressão ou urgência.

Entre as mudanças mais palpáveis que um sistema de ERP propicia a uma corporação, sem dúvida, está a maior confiabilidade dos dados, agora monitorados em tempo real, e a diminuição do retrabalho.

Algo que é conseguido com o auxílio e o comprometimento dos funcionários, responsáveis por fazer a atualização sistemática dos dados que alimentam toda a cadeia de módulos do ERP e que, em última instância, fazem com que a empresa possa interagir. Assim, as informações trafegam pelos módulos em tempo real, ou seja, uma ordem de vendas dispara o processo de fabricação com o envio da informação para múltiplas bases, do estoque de insumos à logística do produto. Tudo realizado com dados orgânicos, integrados e não redundantes.

É importante enxergar os reais benefícios do software ERP para tê-lo como uma ferramenta importante na evolução de cada organização. Entre estes benefícios pode-se dizer que a integração de todas as áreas da empresa é capaz de facilitar o fluxo de informações e agilizar as atividades operacionais. Com isso fica mais fácil monitorar processos e ter confiabilidade nos indicadores de desempenho para tomadas de decisões mais assertivas.

Outro benefício que um ERP moderno oferece é a facilidade de gerar informações gerenciais em tempo real, com acesso WEB por dispositivos móveis. O gestor fica seguro em

ter o total controle do seu negócio nas suas mãos a qualquer hora e lugar. Mas é importante selecionar bem o ERP, pois nem todos possuem recursos de acesso via smartphones e tablets.

Além destes benefícios, existem algumas vantagens importantes geradas pelo uso de um sistema ERP que é a redução de custos e melhoria nos resultados que são reflexos da grande facilidade de racionalização de recursos.

Os sistemas ERP de mercado buscam melhorar constantemente suas funcionalidades e cada vez mais estão preparados para adequarem-se à cada segmento e necessidades específicas das empresas.

Mesmo buscando formas de criptografar sistemas para a informação estar mais segura, ainda somos vítimas de crimes online.

Com o crescente uso da Tecnologia da Informação nas organizações ampliou a capacidade para adquirir, manipular e passar informações, através dos Sistemas, é muito fácil atacar sistemas informatizados, visto que os Sistemas de Informações estão conectados através das redes, na qual pode acontecer a perda de confidencialidade, e as informações caírem nas mãos da concorrência, perda de integridade, quando forem corrompidas ou apagadas, e perda de disponibilidade não podendo ser mais acessada.

A Confidencialidade é garantia de que toda informação deve ser protegida, com certo grau de sigilo, acessível somente a pessoas autorizadas. A Integridade visa proteger toda informação contra alterações indevidas, intencionais ou acidentais. A Disponibilidade garante que toda informação e ativos estarão disponíveis e somente serão acessados por usuários autorizados no momento em que delas necessitem para qualquer finalidade.

Quando informações são indevidamente divulgadas quebrando as regras que são os casos que envolvem decisões éticas são muito difíceis e complexas, quase sempre não existe uma melhor decisão que pode ser identificada e tomada.

A área de TI levanta questões éticas nas áreas de crime, privacidade, individualidade, a perda de um emprego, saúde, condições de trabalho, amizade, cliente e valores. Mas mesmo assim continua buscando uma melhor solução para evitar estes crimes, com criptografias, uso de senhas, bloqueios de acessos, enfim.

3. CONCLUSÃO

Este trabalho expressa de forma simples parte dos conteúdos estudado nas aulas de Avaliação de Empresas, Práticas de Auditoria e Perícia, Auditoria Contábil, Perícia e Arbitragem Contábil e Gestão da Tecnologia de Informação, com o objetivo de expressar o aprendizado através de laudos e outras informações, mostra como os conteúdos se relacionam para o desenvolvimento do aluno do Curso de Contabilidade da Unifeob.

Neste trabalho sanei duvidas quais não tinha compreendido através de pesquisas e muita leitura, ele foi de grande valia para meu conhecimento e espero que também seja para o conhecimento de outros.

REFERÊNCIAS

- <http://equipe4etica.blogspot.com/2009/07/sistemas-de-informacao-seguranca-e-os.html>
- <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4829/1/Michele%20Mirtes%20Paulo%20Hendler.pdf>
- <http://www.igf.com.br/blog/modelos-de-documentos/Cartas/Comercial/Parecer-de-auditoria-com-ressalva>
- http://www.peritoscontabeis.com.br/trabalhos/fund_prov_per_contabil.pdf
- <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res985.htm>
- http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/apuracao_de_haveres.htm
- <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/auditoria.htm>
- <http://www.revistapetrus.com.br/avaliacao-de-empresas-valuation-principios-aplicacoes-metodos-dificuldades-riscos-e-dicas/>
- <http://www.sispro.com.br/blog/erp/afinal- quais-sao-os-principais-beneficios-de-um-erp/>
- <http://www.sispro.com.br/blog/erp/o-que-e-erp-enterprise-resource-planning/>
- <https://roteirodepericias.com.br/2017/04/26/pericia-de-avaliacao-na-acao-dissolucao-parcial-de-sociedade-resolucao-e-apuracao-de-haveres/>
- <https://sagahcm.sagah.com.br/sagahcm/ua/11497/2/77/1ef2a32bfc30776bfa8e98a11574ca18.html?&noapp=&tok=3f0e8isih39o2eit00p41b408o&studentid=287155>
- https://sagahcm.sagah.com.br/sagahcm/ua/12984/1/77/img_conteudo/infografico.jpg
- <https://www.catho.com.br/educacao/blog/o-que-faz-um-perito-contabil/>
- <https://www.prolucroconsultoria.com.br/blog/avaliacao-de-empresas-como-funciona/>
- <https://www.wrprates.com/o-que-e-custo-de-capital-de-uma-empresa/>